

**A construção e a disputa pela  
hegemonia patrimonial em São  
Borja (RS): de primeiro dos Sete  
Povos Missioneiros à terra dos  
presidentes**

**The construction and dispute  
for patrimonial hegemony in  
São Borja (RS): from the first of  
Seven Missionary Peoples to the  
Land of Presidents**

**La construcción y la disputa por  
la hegemonía patrimonial en  
São Borja (RS): de primero de  
los Siete Pueblos Misioneros a la  
Tierra de los Presidentes**

---

**Ronaldo Bernardino Colvero<sup>1</sup>**  
**Marconi Severo<sup>2</sup>**

---

Recebido em: 7/12/2015  
Aceito para publicação em: 15/1/2016

**Resumo:** A relação existente entre o patrimônio material e o imaterial no local em que estão inseridos propicia uma vasta gama de estudos de viés histórico-cultural e, em muitos casos, político-identitário. O caso do município de São Borja (RS), em virtude de seus mais de três séculos de história, em cujo local há um patrimônio considerável, possibilita compreender como se dá a interação entre a comunidade e seus respectivos patrimônios e, com base nisso, se há sobrevalorização de um determinado patrimônio sobre outro(s). Focar-se-á a análise em dois aspectos patrimoniais que caracterizam o município: ser o primeiro dos Sete Povos e também a terra dos presidentes, segundo o que consta no epíteto municipal. Observa-se que parte do patrimônio local se reflete no processo de identificação e pertencimento comunitário, por meio de uma construção conjunta em que a comunidade está intrinsecamente relacionada aos seus patrimônios. Em São Borja, atualmente, verifica-se também uma predominância patrimonial de “terra dos presidentes” sobre o missionário, por conta do que se constatou pela sua contemporaneidade e valorização político-identitária.

**Palavras-chave:** comunidade; memória; patrimônio; São Borja.

**Abstract:** The relationship between the material and intangible heritage in the place in which they are inserted provides a wide range of studies of historical-cultural bias and, in many cases, political-identitarian. The case of the municipality of São Borja (RS), due to its more than three centuries of history, and in whose location there is considerable patrimony, it is possible to understand how there is an interaction between the Community and its respective heritages and, based on this, if there is an overvaluation of a determined patrimony over another/others. It focuses on the analysis of two patrimonial aspects that characterize the municipality, composed respectively of the first of the Seven Peoples and the Land of Presidents, as reflected in the epithet hall. It can be observed that part of local heritage is reflected in the process of identification and belonging to a community through a joint construction in which the community is intricately linked to its patrimonies. In São Borja, there is currently a predominance of property “land of presidents” on the missionary, due to that observed by its contemporariness and giving value political-identitarian.

**Keywords:** community; memory; heritage; São Borja.

---

<sup>1</sup> Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professor adjunto IV da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), *Campus* São Borja, no curso de Ciências Sociais – Ciência Política e Ciências Humanas. Professor do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Líder do grupo de pesquisa Relações de Fronteira: História, Política e Cultura na Tríplice Fronteira Brasil, Argentina e Uruguai.

<sup>2</sup> Graduando e bolsista de iniciação científica pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) 2015-2016. Acadêmico do curso de Ciências Sociais – Ciência Política pela Unipampa, *Campus* São Borja. Membro do grupo de pesquisa Relações de Fronteira: História, Política e Cultura na Tríplice Fronteira Brasil, Argentina e Uruguai.

**Resumen:** La relación que existe entre el patrimonio material y el inmaterial en el lugar en el cual están insertados habilita una amplia gama de estudios de sesgo histórico-cultural y, en muchos casos, político-identitaria. El caso de la municipalidad de São Borja (RS), debido a sus más de tres siglos de historia, en cuyo local hay un patrimonio considerable, permite comprender cómo se da la interacción entre la comunidad y sus respectivos patrimonios y, con base en eso, si hay sobrevaloración de un determinado patrimonio sobre otro(s). Se centrará el análisis en dos aspectos patrimoniales que caracterizan el municipio, compuestos respectivamente por Primero de los Siete Pueblos y el de Tierra de los Presidentes, según lo que consta en el epíteto municipal. Se observa que parte del patrimonio local se refleja en el proceso de identificación y la pertenencia comunitaria, a través de una construcción conjunta en la que la comunidad está estrechamente vinculada a sus patrimonios. En São Borja, actualmente, también existe un predominio de la propiedad “tierra de presidentes” sobre el misionero, debido a lo que se observó por su contemporaneidad y valoración político-identitaria.

**Palabras clave:** comunidad; memoria; patrimonio; São Borja.

## O PATRIMÔNIO E SUAS INTERFACES: O CASO DE SÃO BORJA

A pesquisa realizada diz respeito à construção e à hegemonia patrimonial na cidade de São Borja, localizada na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, Brasil. Para tanto, é preciso situar o local objeto do estudo e suas especificidades para, posteriormente, abranger a discussão patrimonial. Sua fundação, como um pequeno povoado, deu-se por meio da instalação da Redução Missioneira de São Francisco de Borja, patrocinada diretamente pela Companhia de Jesus em conjunto com a Coroa de Espanha ainda em fins do século XVII, como adiante será retomado. São Borja é conhecida tanto por suas raízes missioneiras quanto por ser terra natal de dois ex-presidentes do Brasil, envolvendo diretamente questões desde o poder político local até o latino-americano do século XX. Em ambas as formas é possível aproximar a comunidade local e o cenário latino por completo, pois

pensamos que o pequeno município pode funcionar para a análise sociopolítica como uma espécie de microscópio, capaz de permitir-nos a observação de elementos que se perdem quando soltos na imensidão das metrópoles, mas que são universais (DOMBROWSKI, 2008, p. 270).

Este trabalho propõe-se a trazer resultados de como se dá a relação da comunidade com seu patrimônio material e, baseado neste, com seu respectivo patrimônio imaterial. Ao tratarmos da questão patrimonial, considerando que ambos os patrimônios geralmente estão interligados com a noção de memória, e ao fazer uma discussão interessante relacionando o “caráter social da construção da memória humana” (CARLAN, 2008, p. 82-83), pode-se dizer que esse é um bom meio de identificar comportamentos e identidades de um grupo social. Sua abordagem, referindo-se ao local de memórias constantemente lembradas, contribui, segundo o que pensamos, com a noção também de patrimônio imaterial.

As memórias constantemente lembradas influenciam diretamente o processo seletivo de valorização patrimonial. O patrimônio são-borjense é composto, entre outros, pelo Mausoléu

Getúlio Vargas, localizado em praça pública, o qual representa uma das faces do Estado<sup>3</sup>, no sentido weberiano da palavra. Diversas manifestações políticas podem ser observadas em torno do trabalhismo político<sup>4</sup> que, por motivos já explicitados, estão presentes nos patrimônios são-borjenses, especialmente em torno dos mausoléus de João Goulart e Getúlio Vargas. Esses são os dois ex-presidentes da República conterrâneos do local.

Seguindo tal raciocínio, nossa problemática consiste em compreender o papel que o patrimônio missioneiro e o existente em torno do termo “terra dos presidentes” desempenham na comunidade são-borjense; também se busca averiguar se há ou não uma sobrevalorização de um desses dois patrimônios sobre o outro e, em caso afirmativo, como isso se evidencia. Será considerada, obviamente, para fins de abordagem, a importância cultural, política e mesmo turística em torno desses dois itens. Não é o foco deste trabalho fazer um levantamento de todo o patrimônio existente no município, mas sim, dentro desses dois principais itens, verificar como a questão patrimonial se manifesta em relação à sociedade.

## O PATRIMÔNIO: UMA FORMA DE RECONHECIMENTO SOCIAL

A questão patrimonial está recentemente recebendo atenção especial de muitos pesquisadores, acadêmicos, ONGs, órgãos governamentais e mesmo de leigos no assunto, movidos pela apreciação patrimonial, o que reflete um maior interesse social e cultural pelo tema (BOURDIEU, 2007; 2013). Pensamos que uma determinada sociedade que reconhece seu patrimônio material e imaterial contribui para sua perpetuação no cenário onde está inserido, não o relegando ao esquecimento e, em muitos casos, à destruição de importantes bens patrimoniais, sejam eles materiais ou não. Destarte, há uma invocação e constante construção de memórias que, às vezes, são manifestações de difícil percepção, especialmente quando evocadas inconscientemente no comportamento cotidiano de um determinado grupo social, comunidade ou sociedade.

O termo patrimônio está diretamente relacionado com outro conceito-chave, ou seja, o de cultura. Nesse sentido, a Constituição Federal (CF) de 1988, ao se referir ao Plano Nacional de Cultura, em seu artigo 215, § 3.º, incisos I e IV, diz o seguinte:

§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à:

I - defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;

[...]

IV - democratização do acesso aos bens de cultura [...] (BRASIL, 1988).

<sup>3</sup> Como as questões patrimoniais e políticas estão intrinsecamente relacionadas no município de São Borja, por meio de seu patrimônio material e imaterial, que em última análise se resume no epíteto municipal de Terra dos Presidentes, aproximamo-nos das linhas de pesquisa histórica e, junto delas, da Ciência Política. Seguindo esse raciocínio, Octaciano Nogueira Filho (2010) diz que o principal foco da Ciência Política é estudar o Estado e não propriamente o poder. Curiosamente, podemos perceber, segundo as palavras de O'Donnell (2011), várias faces do Estado por meio dos seus patrimônios, como será abordado neste trabalho.

<sup>4</sup> Movimento político característico do segundo governo de Vargas (1950-1954) e de seu herdeiro político João Goulart. Manifestou-se, como ainda hoje parece manifestar-se, por meio de siglas político-partidárias, especialmente as do Partido Democrático Trabalhista (PDT) e, *par excellence*, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), fundado por Vargas. E, no referente à política trabalhista, esta terá maior escopo ao final do texto, apesar de não ser o enfoque deste trabalho estudá-la em profundidade. Entretanto todas as considerações que se julgam necessárias para situar o leitor, bem como para direcionamento de leituras, serão devidamente abordadas.

Nota-se uma preocupação legal em amparar os bens patrimoniais e culturais existentes no solo brasileiro, possibilitando dessa forma, além de sua preservação, uma maior divulgação e conseqüente acessibilidade por parte dos cidadãos brasileiros.

Para fins de reconhecimento legal, o que a legislação brasileira considera legalmente como patrimônio cultural está descrito na CF de 1988 em seu artigo 216, como segue:

Art. 216. Constituem o patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: (EC nº42/2003)

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

A preservação de um patrimônio contribui de forma relevante para o seu reconhecimento como tal perante a sociedade em que está inserido, promovendo o que nós chamamos de democratização da cultura e reconhecimento de sua devida importância. Esse processo de preservação pode ser realizado tanto por meio de órgãos privados quanto pela iniciativa pública, sendo, nesse último caso, regido pelo artigo 216 da CF de 1988, § 1.º: “O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação” (BRASIL, 1988).

Nesse sentido, o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN<sup>5</sup>), uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura, responsável por preservar os diferentes elementos que compõem a sociedade brasileira, referindo-se a patrimônio imaterial, reconhece-o e descreve-o da seguinte forma:

O Patrimônio Cultural Imaterial é transmitido de geração a geração, constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. É apropriado por indivíduos e grupos sociais como importantes elementos de sua identidade (IPHAN, 2015).

A produção de um legado ou a fundação de espaços ou lugares de memória está condicionada diretamente à ideia de recuperação e preservação de tais patrimônios, como os presentes, por exemplo, em São Borja. Nesse sentido, referindo-se ainda ao patrimônio imaterial, temos a noção anteriormente citada de outro fator crucial, ou seja, o da identidade. Stuart Hall (2003, p. 38), ao se referir à formação de identidade, observou que ela “é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento”. E complementa: “ela permanece sempre incompleta, está sempre ‘em processo’, sempre ‘sendo formada’”. Tal fator está presente na comunidade são-borjense e se manifesta especialmente no tocante à identificação como “terra dos presidentes”. Vemos aqui que, além de um estudo histórico-cultural, os patrimônios promovem uma visão identitária de determinada comunidade.

<sup>5</sup> Todas as citações e informações referentes ao IPHAN foram extraídas do seu site oficial. Para mais informações, ver: [www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br). Acesso em: 28 mar. 2015.

Essa observação a respeito da formação de uma determinada identidade é de fundamental relevância para o estudo da questão patrimonial, principalmente se analisada sob o viés histórico-político e, não menos importante, porém um tanto inexplorado por algumas linhas de pesquisa, sob o aspecto proposto pela Ciência Política<sup>6</sup>. Esta última contribui para a interpretação de comportamentos ligados à formação política e social tanto de elementos pertencentes diretamente ao Estado (por exemplo, hinos e bandeiras) como de formação regional e local (monumentos estatuários, nomenclaturas de locais públicos etc.). No desenvolver desta pesquisa, notou-se a fortíssima relação da Ciência Política com a questão patrimonial.

Observamos o quanto é crucial o papel desempenhado por determinado patrimônio presente em uma sociedade, o qual pode constituir um importante recurso político usado para fomentar nacionalismos<sup>7</sup>. Segundo Hall (2003, p. 56), o “discurso da cultura nacional não é, assim, tão moderno como aparenta ser. Ele constrói identidades que são colocadas, de modo ambíguo, entre o passado e o futuro”. Esse processo de manifestações ideológicas por meio dos patrimônios está presente na comunidade de São Borja, manifestando-se por meio de monumentos, homenagens e celebração em torno de influentes personagens locais, curiosamente envolvidas de modo direto com o processo de construção do sentimento de nacionalismo, típico das décadas de 1940-1950 em grande parte da América Latina, especialmente com o advento do governo nacionalista de Getúlio Dornelles Vargas.

Liliana C. Bastos (2004), em seu artigo sobre as narrativas como forma de contribuição para a formação cultural de uma comunidade, diz ser essa uma manifestação social de importância considerável. Análise semelhante é encontrada em artigo de Luciana Heymann (2005, pág. 4-5), no qual faz uma interessante análise e contribuição ao inferir que o legado de uma determinada personagem transcende o período de sua atuação em vida, formando uma verdadeira construção histórico-patrimonial por meio de uma ou mais personalidades influentes. Tal apontamento pode ser empiricamente verificado em São Borja, sobretudo por acompanhamento *in loco*, como posteriormente veremos na questão da “terra dos presidentes”.

Voltemo-nos para uma análise mais detida no que compõe, como anteriormente descrito na CF de 1988, o patrimônio material propriamente dito. É de fundamental importância analisá-lo com o intuito de compreender o que seria um determinado bem material considerado como tal. Faz-se interessante analisar o que o IPHAN considera patrimônio material. Com base em legislação pertinente ao tema, este é

composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza nos quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e móveis como coleções arqueológicas, acervos museológicos,

<sup>6</sup> Um perfeito exemplo de estudos realizados *sobre e em torno* de patrimônios visando à reconstrução histórica de um evento político ou mesmo de uma nação pode ser encontrado em Carvalho (1990). O autor, ao estudar símbolos e manifestações políticas que visavam formar uma identidade nacional, nesse caso com a República brasileira recém-proclamada, constatou que nesse período diversos foram os monumentos temáticos inaugurados, especialmente em locais públicos, semelhantemente ao que ocorreu em São Borja, contribuindo para uma posterior identificação de pertencimento (ou não) por meio do patrimônio material.

<sup>7</sup> Tal processo político-cultural, com um viés mais fortemente político, pode ser encontrado no estudo realizado por Hobsbawm (2008). A formação de nacionalismos ou mesmo a intensificação de uma determinada ideologia pode ser facilmente perceptível por intermédio de monumentos históricos, principalmente estatuários. Para mais informações, vide nota de rodapé anterior e, para uma noção de formação patrimonial presente na arquitetura urbana brasileira, ver Fabris (1993).

documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos (IPHAN, 2015).

Seguindo tal raciocínio, podemos encontrar em uma determinada região vários patrimônios materiais, assim como em outras apenas um determinado padrão patrimonial que se sobrepõe aos demais, ou seja, há locais predominantemente conhecidos por suas ruínas missioneiras (como São Miguel das Missões, RS) e outros como portadores de diversos movimentos arquitetônicos mais urbanizados e abrangentes, como o Centro Histórico de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. Podemos, por sua vez, encontrar alguns patrimônios de homenagem *post mortem*<sup>8</sup>, caso este também presente em São Borja.

Em análises referentes ao papel desempenhado pelos patrimônios presentes em uma comunidade, verifica-se que há uma relação condensada entre passado e presente. Em alguns casos se presencia um movimento patrimonial visando tanto a sua simples recuperação quanto a uma busca intensa por algo do passado que retrate ou legitime atitudes do presente. Esse comportamento é constantemente observado quando está relacionado a fins político-ideológicos e posicionamentos nacionalistas. Tal movimento tanto pode ser observado como processo de legitimação de algo (heróis nacionais, monumentos que legitimem atitudes, ideologias etc.) quanto pode converter-se em sentido inverso, em processo de retirada de monumentos, estátuas e demais bens materiais que remetam a um determinado comportamento político<sup>9</sup>.

Nesse sentido, nota-se atualmente uma preocupação em torno da divulgação e da preservação de tal patrimônio, seja ele material ou imaterial. Segundo Renata Fratini (2009, p. 2), “as políticas de preservação geralmente atuam com o objetivo de reforçar uma identidade coletiva, visando à educação e à formação de cidadãos”. O processo de educação patrimonial deve estar constantemente presente em uma determinada comunidade, como por exemplo em São Borja, contribuindo para um melhor reconhecimento e interpretação de sua própria importância e significado para a municipalidade. Ainda segundo Fratini (2009, p. 3):

A educação patrimonial pode contribuir de forma muito relevante para a democratização da cultura e ao acesso à informação, para a incorporação do patrimônio por toda a sociedade – não somente por alguns –, e para a formação de cidadãos capazes de se reconhecer como parte desse patrimônio histórico-cultural.

Um bem material tombado tem muito mais a nos dizer do que realmente aparenta demonstrar, variando com o interesse de quem o observa. Contudo essa apreciação patrimonial, se assim podemos classificar, é um tanto diversificada entre as pessoas que a efetivam, e para alguns pode ser tomada como algo até mesmo elitista, no que se refere à compreensão do seu real significado. O que isso quer dizer?

Em diversos casos, para uma interação efetiva entre o cidadão e o patrimônio, há necessidade de uma determinada capacidade de compreensão que exige certa formação cultural. Sobre a democratização cultural e patrimonial pela educação, Fratini (2009, p. 5) diz que “não é fácil desenvolver atividades que sejam interessantes ou lúdicas e que chamem a atenção do público em geral”. Concordamos com isso em parte, pois, de fato,

<sup>8</sup> Uma excelente abordagem a respeito de homenagens *post mortem* como manifestações patrimoniais podem ser encontradas em Araújo (2012 e 2013) e também em Colvero, Rhoden e Severo (2015).

<sup>9</sup> Pode-se exemplificar este último caso com as destruições de grande parte dos monumentos fascistas e nazistas após a derrocada da Segunda Guerra Mundial e, como também era de esperar, com a queda do regime socialista no leste europeu em 1989. Esse procedimento visa inviabilizar identificações e/ou recordações nacionais com determinados eventos ou períodos historicamente observados.

o interesse e o reconhecimento devem partir da própria comunidade ou sociedade na qual está inserido o patrimônio. Quando essa relação ocorre, o patrimônio passa a receber uma atenção especial, com total pertencimento e identificação sociocultural.

Se, para alguns, um edifício histórico é considerado um patrimônio típico daquela localidade, para outros não há aparentemente razões para tombamento e, conseqüentemente, falta interesse pela educação patrimonial. Nesse processo pluralista de interesses, frequentemente de choque entre a esfera público-privada, o regime que melhor representa soluções a esses impasses é o proposto pelo meio democrático, seja ele político ou, como anteriormente referido, educacional. Parte-se do pressuposto de que a democratização da cultura e do saber reflete efetivamente na formação de consciência pública e patrimonial, logo fazendo com que o interesse de preservação parta diretamente dos cidadãos antes do poder público em si e neste encontre amparo legal.

Nos termos de patrimônio em forma de monumento, é esclarecedora a afirmação de Choay (2006, p. 18): “O monumento muito se assemelha a um universo cultural. Sob múltiplas formas, ele parece presente em todos os continentes e em praticamente todas as sociedades, dotadas ou não de escrita”. A autora reforça ainda a ideia de que “o monumento, dependendo do caso, recusa as inscrições ou as acolhe, ora com parcimônia, ora de forma bem liberal, chegando às vezes a se deixar cobrir por elas, tendendo a acumular outras funções” (CHOAY, 2006, p. 18).

Ao tratar das políticas culturais que envolvem manifestações patrimoniais, Calabre (2009) destaca que desde a década de 1980 até a atualidade há uma crescente preocupação em termos de políticas culturais que está adentrando também o meio universitário. Segundo a autora, após um breve recesso no início dos anos 1990, vivemos um período fértil de formulação de políticas culturais que visam proteger e legalizar determinadas manifestações da sociedade civil no sentido de formação ou manutenção patrimonial.

Thompson (2011, p. 165-166) afirma haver uma “concepção simbólica” perceptível nos “fenômenos culturais”. Isso suscita uma indagação: o patrimônio material pode ser encarado como um modo de comunicação e identificação? Ou então um determinado patrimônio pode ser mais valorizado do que outro, segundo os objetivos de divulgação tanto político-culturais quanto turísticos? Pretendemos averiguar tais questões na comunidade de São Borja nas próximas páginas.

Destarte, faremos uma abordagem histórica do local, focando, em um primeiro momento, na fundação e no processo missioneiro que deu origem a São Borja e, em um segundo momento, na questão que compõe parte do epíteto municipal de “terra dos presidentes”. Dessa forma, uma vez situadas a formação e a composição histórico-patrimonial do local, poder-se-á averiguar como se dá a interação entre os patrimônios e destes com a comunidade. Não é objetivo discorrer sobre toda a formação histórica de São Borja, mas sim focar nesses dois aspectos que são ímpares na sua questão patrimonial.

## A REDUÇÃO MISSIONEIRA DE SÃO FRANCISCO DE BORJA: O INÍCIO DA FORMAÇÃO PATRIMONIAL LOCAL

Após uma breve abordagem conceitual sobre a questão patrimonial, discorreremos especificamente sobre a formação histórica do município de São Borja. Dessa forma visamos situar o leitor no contexto histórico local para posteriormente efetuar análise da sua formação patrimonial, identificação local e averiguar se realmente há sobreposição de um determinado patrimônio sobre outro, bem como a forma em que se manifesta tal sobreposição e/ou identidade nessa correlação.

O município de São Borja, em virtude dos seus mais de três séculos de história e por possuir uma riquíssima trajetória política e cultural, cujas raízes remontam aos fins do

século XVII, mais precisamente em 1682<sup>10</sup>, é uma ótima fonte de pesquisa histórico-política e, conseqüentemente, patrimonial. Por conta da localização geopoliticamente estratégica na qual fora fundada a Redução Missioneira de São Francisco de Borja, ou seja, na atual fronteira binacional entre Brasil e Argentina, algumas peculiaridades locais podem ser observadas, como o comportamento político por parte das antigas Coroas Ibéricas, voltado para a expansão e consolidação dos seus domínios no território sul-americano.

Envolvidos nesse contexto, pensamos que “o tema das Missões, do território e do patrimônio propicia a que se discuta a problemática das fronteiras, tal como elas se apresentavam no tempo da monarquia católica” (GRUZINSKI, 2007, p. 9), ou seja, no tempo em que as possessões americanas eram pertencentes tanto à Coroa da Espanha como a de Portugal. Nesse primeiro plano se observa uma única divisão política entre essas duas entidades políticas, gerando posteriormente uma divisão política de vários Estados nos anos iniciais do século XIX<sup>11</sup>. Esse período ficou conhecido como fase das grandes independências, resultando nos vários países que compõem a América Latina contemporânea.

A atual fronteira oeste e sul do Rio Grande do Sul, região onde se situa o município de São Borja, fora alvo de constantes disputas territoriais ao longo do período colonial brasileiro<sup>12</sup> – e mesmo imperial. Tanto é que o local onde hoje está o município estudado foi efetivamente incorporado aos domínios da Coroa Portuguesa somente em 1801, uma vez que fora fundada mais de um século antes dessa data, como visto, em 1682.

Tal fato demonstra a grande instabilidade da demarcação e consolidação do poder e dos domínios por parte das coroas ibéricas nesses territórios. Resulta desse processo a construção de um patrimônio físico, seja este em prédios e objetos (herança missioneira), seja cultural, na própria forma de agir e sociabilizar os hábitos comunitários presentes nessa região (festas religiosas, padroeiro local, costumes diversos, tais como a exploração econômica atual, com base na pecuária extensiva).

As construções e demais benfeitorias missioneiras permitem apreciar um cenário do que fora essa época, tão presente em alguns locais, contudo um pouco esquecido ou mesmo omitido em outros. As benfeitorias remanescentes do período, como atestam algumas municipalidades da região missioneira do Rio Grande do Sul, podem ser avaliadas como detentoras de uma singularidade na América do Sul e, por que não dizer, em todo o mundo, uma vez que “as reduções foram assentamentos do tipo urbano, onde conviviam dois padres e até seis mil índios” (CUSTODIO, 2007, p. 67). Para fins demonstrativos, por exemplo, o sítio arqueológico do atual município de São Miguel das Missões é considerado patrimônio mundial pela Unesco desde 1983.

A região platina que compõe a atual fronteira oeste onde se localiza grande parte do Rio Grande do Sul pertenceu aos domínios da Coroa Espanhola durante boa parte dos séculos XVII e XVIII; o limite da influência lusa estendia-se do litoral atlântico à região central desse estado, mais precisamente aos arredores do município de Rio Pardo. Desse fato podemos pressupor que existe uma influência mais significativa da presença espanhola nas regiões de fronteira, como São Borja, atuando na formação do seu patrimônio cultural.

---

<sup>10</sup> Essa data é utilizada pelo município de São Borja para comemoração oficial de sua fundação, porém existem discussões sobre a data correta. Ver mais em Colvero e Maurer (2009).

<sup>11</sup> Uma observação interessante sobre o processo de formação de Estados e nações na América Latina é encontrada em O'Donnell (2011, p. 95), ao afirmar que “na maioria dos casos, na América Latina e em outras regiões, os estados precederam as nações e após terem surgido esforçaram-se, às vezes com sucesso, para criar uma”.

<sup>12</sup> Período este que compreende o ano da chegada dos portugueses, ou seja, em 1500 até a Independência do Brasil, em 1822. Para maiores informações, ver mais em: FARIA, Sheila de Castro. **A colônia brasileira: economia e diversidade**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 2004.

Desse processo de colonização do território que compreende as reduções que compunham os Sete Povos Orientais<sup>13</sup>, assim como os demais 30 povos jesuítico-guaranis, resultantes de uma ação em conjunto com a Coroa Espanhola e a Companhia de Jesus, surge a ideia de que a colonização ocidental nessa região começou no sentido inverso à do restante do Brasil (PANIÁGUA, 2013). Em outros termos, enquanto o Brasil era povoado em sentido leste-oeste, no Rio Grande do Sul, a destacar São Borja como partícipe desse intento, o processo adquiriu sentido inverso.

A ocupação definitiva por luso-brasileiros na região iniciou-se por meio de tropas militares, em 1801. Segundo Flores (1996, p. 79), esses militares “somaram-se aos antigos habitantes do local, ou seja, às poucas famílias de guaranis que haviam restado”, formando o pequeno povoado pós-jesuítico, uma vez que nessa data as reduções missioneiras já haviam sido destruídas ou abandonadas, principalmente por causa de dois fatores.

O primeiro resultou da Guerra Guaranítica de 1754-1756 e suas consequências; o segundo, e aparentemente mais longo e cruel, foram os processos de abandono voluntário por parte dos indígenas de algumas reduções que, por conta de constantes saques e frequentes espoliações e vícios, muitos patrocinados pelos próprios portugueses, acabaram por se dispersar pelo remanescente desses povos e arredores.

No início do século XIX, São Borja já havia ganhado um destaque singular perante as demais municipalidades da região, especificamente pela sua localização geoestratégica, às margens do importante Rio Uruguai<sup>14</sup>, muito utilizado tanto como rota comercial para escoar produtos missioneiros (especialmente a erva-mate) como para formar uma importante via de comunicação com o meio exterior ao local.

Esse rio foi de suma importância econômica e estratégica até meados do século XX, perdendo sua importância por conta de outros meios de comunicação e transporte atualmente existentes. Outro fato que chama atenção é a distância geográfica do povoado de São Borja comparado com os demais seis povos orientais; essa redução estava mais próxima, em vários sentidos, de sua matriz, ou seja, da Redução Missioneira de Santo Tomé, na atual Argentina, do que suas coirmãs.

Ainda no auge do seu período missioneiro São Borja merece destaque. Segundo o inventário de Bruno de Zavala, estudado por Colvero e Maurer (2008), podemos perceber a prosperidade dessa redução pela descrição interna da Igreja, das imagens dos santos, das joias de prata, dos ornamentos, das roupas e objetos, da grande quantidade de livros para a época, das vestimentas, das louças, das ferramentas e também das dívidas que São Borja tinha com outros povos, assinalando a existência de uma intensa relação comercial com as demais reduções.

Destaca-se que parte do patrimônio missioneiro de São Borja padeceu em vários ataques, saques e guerras, que em muito contribuíram para destruir ou extraviar parte de seu legado missioneiro. Cabe destacar dois episódios históricos, dentre os mais relatados, que de alguma forma estiveram ligados a esses eventos. O primeiro relaciona-se à Revolução Farroupilha. Esta fora uma revolta de estancieiros<sup>15</sup> sulinos contra o Império do Brasil, ocorrido entre os anos de 1835 e 1845. Durante o conflito, as tropas rebeldes invadiram São Borja, acampando na localidade. Para suprir as necessidades básicas do exército rebelde,

<sup>13</sup> São os seguintes povos e suas datas de fundação, respectivamente: São Francisco de Borja, 1682; São Nicolau, 1687; São Luiz Gonzaga, 1687; São Miguel Arcanjo, 1687; São Lourenço Mártir, 1690; São João Batista, 1697; e Santo Ângelo Custódio, 1706.

<sup>14</sup> Para mais informações, ver Colvero (2004).

<sup>15</sup> O termo refere-se a grandes latifundiários, cuja principal fonte de riqueza era a exploração da pecuária, a qual fornecia matéria-prima para o fabrico do charque, importante produto que movia parte da economia sulina no período.

como a alimentação, houve uma busca por lenha no local. Para tanto, o comandante da tropa deu ordens para que queimassem partes da Igreja Missioneira do local e, junto desta, algumas estátuas. É evidente que tal atitude contribuiu para dizimar parte dos bens e do patrimônio missioneiro. O segundo grave episódio que, igualmente ao anterior, foi prejudicial para o restante do patrimônio missioneiro ocorreu com o advento da Guerra do Paraguai, deflagrada entre 1864 e 1870. Como parte da invasão inicial promovida pelas tropas paraguaias, sob comando do coronel Estigarribia, a Vila de São Borja foi invadida em 11 de junho de 1866. Sobre esse episódio, o renomado pesquisador e professor Francisco Doratioto (2002, p. 173) declara:

Não há dúvida quanto à pilhagem sistemática, de propriedades urbanas e rurais, feita pela tropa invasora paraguaia, em seu percurso de São Borja até Uruguaiana, e de que os objetos saqueados foram conduzidos em carretas para o Paraguai. Há ainda informações de violência sexual contra mulheres que não tinham sido escondidas por suas famílias.

E prossegue, afirmando que o advento da investida pelas tropas invasoras fora pretexto para a prática de espoliações pelos próprios habitantes locais:

Contudo, nem todo saque feito nesse período foi obra dos invasores. Alguns moradores que ficaram em São Borja juntaram-se aos invasores na pilhagem. Mesmo em áreas distantes até quase duzentos quilômetros de onde os paraguaios chegaram, todas as casas abandonadas por seus donos foram saqueadas (DORATIOTO, 2002, p. 173).

Depois de combatida a invasão e com a posterior derrota da empreitada de Estigarribia em Uruguaiana, surgiram os efeitos nocivos dessa invasão. Parte do patrimônio material existente no local, como por exemplo os bens missioneiros que estavam sob tutela tanto de particulares quanto da Igreja, se perdeu, de modo que alguns não foram mais localizados. O mesmo pôde ser observado em outras pesquisas realizadas nas Atas da Câmara de Vereadores, em que em mais de uma passagem consta o seguinte texto: “documentos extraviados pela invasão paraguaia”.

Parte da formação missioneira encontrou um período áureo em São Borja, contudo eventos histórico-políticos contribuíram para sua decadência. Muito se perdeu do patrimônio missioneiro ao longo das décadas não só em São Borja, mas igualmente em outros dos que compunham os antigos povos missioneiros, variando apenas o grau de preservação patrimonial. Contudo ainda assim São Borja possui um material de considerável importância histórica, ou seja, o acervo presente no museu missioneiro do município, conhecido por Museu Aparício Silva Rillo. Em seu acervo encontram-se variadas peças estatúárias, produzidas tanto na Redução de São Francisco de Borja como nos demais povoados, além de painéis e pinturas diversas da época, atestando o fenômeno que ficou conhecido por barroco missioneiro. Algumas peças ainda se encontram sob tutela particular, porém devidamente reconhecidas pela comunidade e catalogadas. Existem bens remanescentes do período que podem ser livremente apreciados pelo público dentro das igrejas Nossa Senhora da Imaculada Conceição e da Matriz, sendo um altar-mor na primeira e, na Igreja Matriz, uma pia batismal entalhada em pedra *grés* e duas estátuas do padroeiro do município, ou seja, São Francisco de Borja. Uma dessas estátuas está no altar-mor da igreja, e dela foi efetuada uma cópia semelhante, em alvenaria, colocada no trevo de acesso ao município.

É importante ressaltar que a criação do museu missioneiro em São Borja se deveu a uma casualidade da década de 1940. Quando Vargas assumiu o poder federal, designou uma comissão encarregada de recolher todas as peças missionieras em um único local e

fundar, então, um museu exclusivamente missioneiro<sup>16</sup>. O local escolhido para sediar tal empreendimento cultural e patrimonial foi o atual município de São Miguel das Missões. No local reuniram-se variadas peças que compõem o atual acervo do museu, contudo as peças recolhidas em São Borja não foram transportadas. Tal fato se deveu às péssimas condições de trafegabilidade do trecho que ligava São Borja ao município anteriormente citado. Por conta disso e do valor patrimonial que representavam tais peças, optou-se por criar no próprio município outro museu que se encarregasse de administrar esse acervo.

Como se pode observar, tal ideia se concretizou, pois atualmente encontramos esses dois valorosos locais que possuem em seus acervos importantes peças do período que ficou conhecido por missioneiro. Não se pode negar que alguns outros patrimônios, como as ruínas da antiga Igreja Matriz do povoado missioneiro de São Miguel Arcanjo, contribuem inegavelmente para uma maior divulgação e, por conseguinte, maior procura turística no atual município de São Miguel do que em São Borja.

Como o patrimônio missioneiro está presente também em outras cidades da região, São Borja, apesar de valorizar esse aspecto patrimonial, busca destacar-se por outro, tipicamente do município, ou seja, o patrimônio envolvendo os dois ex-presidentes. Aqui, se nota uma primeira hipótese para justificar a sobreposição do patrimônio relativo à “terra dos presidentes” sobre o missioneiro.

Assim, ambos os patrimônios são valorizados, contudo o missioneiro é compartilhado por demais regiões e, por sua vez, o outro é unicamente de perspectiva local. Trata-se de um importante achado demonstrado pela pesquisa. A questão missioneira no município possui uma relação mais fortemente vinculada pela comunidade com o aspecto religioso, não propriamente de formação cultural. Esse é outro fator interessante, pois quando comparado à questão em torno da “terra dos presidentes” parece ficar mais distante na memória comunitária.

Retomaremos, agora que foi realizada uma breve discussão sobre o patrimônio missioneiro presente em São Borja, outra análise, voltada mais ao segundo aspecto que compõe o epíteto municipal “terra dos presidentes”, e discutiremos o processo que culminou nessa segunda identificação.

## DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA À SUA PRESIDÊNCIA: INICIAÇÃO POLÍTICA DE VARGAS E GOULART

Com a Proclamação da República se inaugurou um período ímpar na política brasileira, conhecido por República Velha, que perdurou até o ano de 1930, quando um golpe de Estado colocou o são-borjense Getúlio Dornelles Vargas na Presidência da República. Essa personagem é fruto de uma formação da intrínseca rede familiar que atuava na política em âmbito local em São Borja, a qual ficou conhecida por fenômeno coronelista<sup>17</sup>. Foi nesse contexto que surgiu a imponência da família Vargas no cenário local, além de outras, como, por exemplo, os Dornelles e os Goulart, compondo a elite política, social, cultural e econômica de São Borja na época.

Um dos nomes mais eminentes que fazem parte da história local é o de Manuel do Nascimento Vargas, pai de Getúlio Vargas e anfitrião de uma das famílias mais destacadas na região. O jazigo da família por ele erguido, em 1920, compõe atualmente o patrimônio

<sup>16</sup> Para mais informações sobre a política de recolhimento de peças missioneiras, ver Rodrigues (2011).

<sup>17</sup> Sobre esse fenômeno e como se manifestava, ver mais informações em Leal (2012). Para o caso específico de São Borja e a família Vargas, ver Rezende (2010).

municipal tombado. Trata-se do jazigo número 001, sob arrendamento perpétuo no Cemitério Municipal Jardim da Paz. Foi o próprio pai de Getúlio Vargas que dominou o cenário político local de fins do século XIX e início do século XX na região, conseqüentemente iniciando seus filhos no mesmo ramo da família, variando de pecuaristas latifundiários a políticos profissionais de carreira.

Com base nesse cenário político local, podemos dizer que Getúlio Vargas foi projetado para sua carreira política mais abrangente, possibilitando uma significativa estada em todos os níveis interinstitucionais de poder; alcançou a Presidência do estado do Rio Grande do Sul<sup>18</sup> e posteriormente a Presidência da República, sendo esta última, primeiramente, por meio de um golpe de Estado. Tal golpe inaugurou uma fase nova no cenário tanto nacional quanto internacional da política brasileira, a qual foge da análise deste trabalho, todavia devem ser ressaltados alguns aspectos para que se entendam os reflexos na comunidade são-borjense, pois pouco tempo depois do suicídio de Vargas, em 1954, assumiu esse mesmo cargo outro são-borjense, herdeiro político de Vargas, ou seja, João Belchior Marques Goulart, conhecido popularmente por Jango.

Devemos ter certa cautela ao analisar e descrever alguns eventos políticos e mesmo a carreira política da família Vargas, especialmente de Getúlio Vargas, pois ela se confunde com o atual patrimônio presente em São Borja, especialmente expresso pela identificação com o trabalhismo de Vargas, Goulart e, mais tarde, de Leonel Brizola, importante político brasileiro que foi cunhado de João Goulart.

Podemos dizer que grande parte do patrimônio são-borjense relacionado a Vargas e a Goulart está igualmente ligada com esse alto cargo do Executivo brasileiro que ambos exerceram entre 1930 e 1964. O mesmo se aplica à questão do trabalhismo político, o qual ficou caracterizado como uma herança do período que ecoa no patrimônio imaterial local por meio de memórias constantemente lembradas. O trabalhismo existe na sua forma ainda original, por conta da relação entre este e a comunidade são-borjense. Pode-se dizer que o trabalhismo político presente em São Borja é diferenciado do existente no restante do país, uma vez que o local adquire um caráter de identificação com a própria comunidade, sendo um processo de identificação com a “comunidade do trabalhismo de Vargas e Goulart”.

Como ressaltado anteriormente, o objetivo não é estudar unicamente essa questão em profundidade, mas também o fato de que, dadas a formação patrimonial local, as personagens que influenciaram e deram prosseguimento a esse processo, bem como a atualidade dessa questão, a identificação política em torno do trabalhismo está diretamente associada à concepção de “conterrâneos de Vargas e Goulart”, encarnando não no movimento em si, mas nas pessoas, nesse caso nos ex-presidentes, o fenômeno trabalhista. Assim tem-se, pela atualidade da questão, pela memória lembrada e pelo esquecimento de parte do passado de influências indígenas do local, uma segunda tendência para a sobrevalorização desse patrimônio sobre o missioneiro.

Com a chegada de Vargas ao cenário nacional em 1930, por meio de um golpe de Estado que punha fim ao período conhecido por República Velha (1889-1930), instalou-se um governo provisório, que perdurou até meados de 1934, quando foi promulgada uma nova Constituição Federal para substituir a anterior, de 1891. A nova Carta Magna foi resultado de uma contestação do poder e da continuidade do governo provisório de Vargas, deflagradas em São Paulo em 1932. Apesar de promulgada nova Constituição, ficou decidido que Vargas permaneceria como chefe do Executivo nacional até as próximas eleições. Contudo em 1937 Vargas promoveu outro golpe de Estado, instalando o regime autoritário que ficou conhecido por Estado Novo, o qual terminaria apenas em 1945.

Apesar de ser o presidente/ditador que mais tempo permaneceu à frente do Executivo nacional, Vargas também ficou conhecido pelas políticas inovadoras de caráter trabalhista,

<sup>18</sup> Esse cargo político do executivo estadual atualmente é conhecido por governador.

as quais lhe consolidaram uma imagem popular e paternal, sendo cunhado por expressões como “pai dos pobres”, por exemplo. Para ter uma noção de como os trabalhadores eram vistos pela elite política, nas palavras do presidente deposto Washington Luís, quaisquer manifestações promovidas por trabalhadores – que acarretavam greves – eram consideradas “caso de polícia”<sup>19</sup>, evidenciando uma total desconsideração por parte das autoridades com a classe trabalhista, o que Vargas soube muito bem levar em conta para formar suas bases políticas. Obviamente esse fator contribuiu para cimentar as bases de Vargas em suas políticas sociais.

Observando o potencial político que surgia com a classe trabalhadora, o governo varguista tratou logo de administrá-la, canalizando suas simpatias diretamente para a personalidade carismática<sup>20</sup>. Esse período, consagrado por meio de políticas trabalhistas, resultou na Consolidação das Leis de Trabalho. Apesar de deposto em 1945, Vargas foi eleito senador na eleição seguinte e reassumiu a Presidência da República em 1950, dessa vez por meio de eleições democraticamente legitimadas, mantendo-se no cargo até 1954, ano de seu suicídio<sup>21</sup>. Com sua morte, o cenário político nacional alterou-se, contudo a política populista e trabalhista continuou presente, por meio do herdeiro político de Vargas, ou seja, João Belchior Marques Goulart – o Jango.

Voltando ao cenário local de São Borja, é importante destacar as relações entre as famílias, cujo estudo prosopográfico<sup>22</sup> contribui sobremaneira para solucionar alguns dilemas locais. A família Vargas, por meio de Manuel Vargas, mantinha negócios com seu compadre, Vicente Goulart, pai de João Goulart, uma importante relação de exploração econômica em torno de suas fazendas; atuavam como sócios em vários empreendimentos, formando uma rede de fortes vínculos de amizade. As famílias Dornelles e Silva também exerceram influência nessa conjuntura familiar, pois o tio de Getúlio, Aparício Mariense da Silva, importante político e estancieiro em São Borja, teve papel fundamental na instalação do regime republicano no Brasil, especialmente por meio da Moção Republicana, que visava consultar a população brasileira sobre a continuidade do Império ou sua substituição pela República.

Foi dado o nome de Aparício Mariense a uma das mais importantes ruas do município, assim como à sala nobre da Câmara de Vereadores. Há também estátuas dessa personalidade em locais públicos, sendo um dos mais importantes patrimônios compostos em torno de Aparício Mariense o seu jazigo familiar, localizado logo atrás do jazigo da família Vargas, igualmente tombado, compondo o patrimônio municipal.

Mas em que contribui esta breve explanação em âmbito local para entendermos a continuidade do poder populista após o suicídio de Getúlio Vargas? Podemos, por meio dela, compreender de forma mais aguçada o “negócio entre famílias” que culminou com a chegada de Goulart ao poder, após a renúncia de Jânio Quadros em 1961, resultado direto

<sup>19</sup> Para mais informações sobre essas considerações e o processo de construção da cidadania no Brasil, ver o excelente trabalho de Carvalho (2010). Outras informações sobre o mesmo aspecto podem ser encontradas em Levine (2001) e Severo (2015).

<sup>20</sup> A respeito da propaganda para consagrar Vargas como um líder carismático e, conseqüentemente, populista, junto com a censura de tudo o que fosse inconveniente ao governo teve papel fundamental o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

<sup>21</sup> Um bom estudo sobre a carreira política de Vargas pode ser encontrado em Levine (2001).

<sup>22</sup> A prosopografia fornece instrumentos para pesquisas em torno de uma ou mais personalidades em um contexto específico, seja ele delimitado geográfica, histórica ou socialmente; enfim, nele se procura averiguar os vínculos de cada um dos membros do grupo estudado. Esse método é também considerado como biografia coletiva, pois fornece o levantamento de dados de todo um grupo, individualmente realizado, fornecendo uma fonte idônea de pesquisa. Para mais informações, ver Stone (2011).

da influência de Vargas. E, veja-se, nesse período a questão patrimonial era unicamente concebida em torno do período missionário, pois ainda não havia um reconhecimento da comunidade para com esses dois políticos que pudesse ser observado em questões patrimoniais, o que somente viria a intensificar-se após o falecimento de Vargas.

Isso conseqüentemente acabou por reforçar a identificação do trabalhismo com a comunidade são-borjense, por meio de outro conterrâneo presidente. É claro que esse fato influenciou e, por causa da atualidade dos fatos, continua a influenciar na formação patrimonial do local. Contudo Goulart não cumpriu seu mandato presidencial até o fim, por conta de outro golpe de Estado – um dos mais intensos que o Brasil presenciou –, instaurado em 1964. Seu término deu-se apenas 21 anos após essa data, quando o regime democrático voltou a ser constitucionalmente legitimado pela Constituição Federal de 1988 – ainda em vigor.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, instaurou-se um período democrático duradouro no cenário político brasileiro, permanecendo atualmente como forma de uma democracia representativa em processo de consolidação. Fatos obscuros do período autoritário brasileiro compreendido entre 1964 e 1985 estão sendo, aos poucos, abordados por pesquisadores, ONGs e pelo próprio governo federal, especialmente em virtude da comemoração dos 50 anos do Golpe de 1964. Foi nesse cenário que o assunto em torno do patrimônio local de São Borja voltou à tona, especialmente por meio das investigações promovidas pela Comissão da Verdade<sup>23</sup>, formando o que convencionamos chamar de memórias constantemente lembradas.

Eis aqui outro fator importante a ser ressaltado. Como o regime militar era oposição à política de Vargas e Goulart, era natural que houvesse um descaso durante esse período para com o patrimônio que hoje existe em relação aos ex-presidentes. Se o reconhecimento de grande parte do patrimônio local se deu apenas após o término do regime civil-militar, isso não influenciou na geração de um desgaste ou esquecimento entre a comunidade e os seus conterrâneos ex-presidentes. Tal fato pode ser observado por meio dessas investigações, iniciadas a pedido de familiares do ex-presidente. Fica evidente a importância que representam os locais de homenagens *post mortem* para São Borja, como o jazigo da família Goulart, onde estão os restos mortais de Jango.

O jazigo da família Goulart – que também é patrimônio público municipal tombado – abriga uma grande importância política, ou seja, o trabalhismo e a identificação político-partidária, especialmente em torno do PDT<sup>24</sup>. O mesmo envolvimento da comunidade pode ser percebido com a volta dos restos mortais de Jango, que foram a Brasília para receber as homenagens de chefe de Estado, junto, é claro, de expectativas de desvendar as causas de sua morte. Sobre as homenagens fúnebres, todos os presidentes brasileiros as recebem quando de seu falecimento, todavia no caso de Goulart elas ocorreram somente em época posterior, pois quando faleceu, em 1976, se encontrava em exílio político.

As homenagens contribuíram, ainda que inconscientemente, para lembrar as memórias em torno do patrimônio local são-borjense de “terra dos presidentes”. Decretado, na data do retorno dos restos mortais de Jango, recesso municipal, foram realizadas novas homenagens ao ex-presidente, que contaram no ato de seu segundo sepultamento até mesmo com a presença de personalidades políticas interinstitucionais de grande parte do

<sup>23</sup> Para mais informações sobre essa comissão, ver [www.cnv.gov.br](http://www.cnv.gov.br). Acesso em: 12 abr. 2015.

<sup>24</sup> O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), fundado por Vargas, assumiu todo o trabalhismo da época de sua fundação na década de 1940. Entretanto, com a sua refundação na reabertura democrática iniciada após 1979, houve uma disputa pela sigla entre Ivete Vargas e Leonel Brizola. Como Brizola perdeu o direito sobre a sigla, fundou, em 1982, o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Em São Borja, curiosamente, ambos encarnam em si tudo que há em torno do trabalhismo e das personalidades de Vargas e Goulart, muitas vezes sendo esse comportamento mais visível no PDT que no próprio PTB.

país, principalmente de partidários do atual PDT gaúcho. Diante do fato de a exumação ter ganhado a atenção de grande parte dos brasileiros, tanto o município de São Borja quanto o próprio jazigo da família Goulart foram contemplados com igual fama, atestando uma procura turística mais intensa do que o normal logo após os acontecimentos.

Analisados os aspectos mais importantes em torno dessas duas personalidades são-borjenses, faremos em seguida uma breve análise do patrimônio do município de São Borja em torno dessas duas fases históricas e políticas presentes na comunidade e como isso se manifesta sobre a questão patrimonial, material e imaterial, levando em consideração que ambos estão presentes na divulgação do município por meio de seu epíteto. Soma-se ainda a introdução conceitual, que, com base nesta investigação, será apresentada na recente legislação patrimonial municipal.

## OFICIALIZANDO O PATRIMÔNIO: CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE LOCAL POR MEIO DE SEU PATRIMÔNIO

Partindo do pressuposto inicial, analisamos os principais aspectos patrimoniais presentes na comunidade são-borjense, constatando que no período iniciado ao longo da década de 1980 até a atualidade parece haver uma maior procura e reconhecimento pela identidade missioneira, com a qual o local possui raízes históricas, bem como, e especialmente, do patrimônio em torno dos ex-presidentes. Concordamos com Thompson (2011) quando diz que há uma constante interligação do Estado com as ideologias; conseqüentemente, esse processo contribui para, nas palavras de Hall (2003, p. 49, grifos do autor), formar “*um sistema de representação cultural*”, facilmente perceptível em São Borja por meio de seus mais destacados patrimônios, os quais contribuem para mostrar as faces do Estado, nas palavras de O'Donnell (2011).

Foi nesse mesmo período que São Borja viu intensificado o reconhecimento de seu patrimônio imaterial, o qual reflete o pertencimento presente no local à ideologia trabalhista, no caso dos ex-presidentes e, tratando-se do período missioneiro, a manifestações culturais em torno do padroeiro local, entre outras festividades religiosas. Aqui se observa que, de fato, há uma relação forte ainda presente quando se trabalha com o patrimônio missioneiro e sua correlação religiosa. Apesar de estar recebendo atenção especial dos órgãos públicos municipais, a associação predominante ainda é mais fortemente religiosa do que cultural.

Todavia alguns bens diretamente envolvidos com esses dois objetos de nossa análise estão presentes na comunidade, a destacar o Museu Casa João Goulart. Esse local foi fundado na casa que pertenceu ao pai de João Goulart, o coronel Vicente Goulart. Tal imóvel, tombado em 1994, é um importante museu que fornece forte atrativo turístico e uma boa fonte de pesquisa referente ao ex-presidente e sua família. Aqui fica evidente que, além do patrimônio em si, os museus adquirem um papel primordial na sociedade.

Na comunidade são-borjense, quatro museus encarregam-se de promover o que anteriormente denominamos de democratização da cultura: o Museu Getúlio Vargas, em casa que pertenceu ao ex-presidente, comprada para ser sua moradia após casado; o Museu João Goulart, anteriormente mencionado; o Museu Aparício Silva Rillo, que, além de ser conhecido pelo seu acervo missioneiro, também é composto pela Biblioteca Municipal; e, por fim, o Museu Ergológico de Estância Os Angueras, cujo acervo é caracterizado pelo passado e pela formação rural de São Borja e região. É importante destacar também a sede da antiga Estação Ferroviária de São Borja, que possui considerável acervo documental local, restaurada recentemente e aberta ao público.

As duas personagens mencionadas são peças-chave para que se possa entender o atual patrimônio tanto material como imaterial de São Borja, refletindo diretamente no epíteto

municipal de “terra dos presidentes”. Várias são as homenagens no município referentes a Vargas e a Jango, como, por exemplo, nomes de ruas, prédios, praças e demais benfeitorias públicas, além, é claro, de algumas localidades.

Destaca-se em São Borja, como patrimônio reconhecido, o Memorial Getúlio Vargas, localizado exatamente no centro da cidade, na Praça XV de Novembro. Esse local compõe um dos patrimônios materiais mais visitados do município e abriga os restos mortais de Vargas. Durante sua inauguração, várias personalidades políticas influentes fizeram-se presentes, inclusive o governador do Rio Grande do Sul na época. Sobre o evento de inauguração, segundo o autor são-borjense presente no ato do pronunciamento do governador e demais solenidades, uma última explanação do seu discurso, nas palavras do autor, causou profundo desconforto na comunidade:

A Câmara de Vereadores, atendendo a legislação municipal, realizou Sessão Solene, às 9:30hs, com manifestação institucional pelo Vereador Mariovan Weis (PDT), e pelo Governador do Estado, Germano Rigotto (PMDB), que se pronunciou com inusitada contundência, lembrando o Getúlio ditador do Estado Novo: “- Uma fase de cerceamento da liberdade de expressão e da liberdade de criar, que nunca mais podemos aceitar”, fustigou (TEIXEIRA, 2012, p. 191).

O mausoléu onde se encontram os restos mortais de Vargas foi concebido por um projeto de Oscar Niemeyer<sup>25</sup>, promovido em conjunto com a iniciativa particular e pública. O local é centro de referência no quesito de localização no município. Essa obra é um marco comemorativo celebrado na data em que se completaram os 50 anos da morte de Vargas, comemorado em 2004. Nesse sentido, é esclarecedor o pensamento de O'Donnell (2011, p. 141), ao se referir às faces do Estado, o que facilmente pode ser observado em São Borja, pois segundo o autor

deparamos com o estado quando, desde sua cúpula, os governantes falam em atos públicos e aparecem nos meios de comunicação de massa, assim como quando edifícios, bandeiras, hinos e desfiles são expostos nas comemorações de inaugurações governamentais, da memória do nascimento ou morte de heróis e padres fundadores, e em outras cerimônias solenes.

O local onde se encontravam os restos mortais de Vargas antes de serem transladados para esse memorial era o Cemitério Municipal Jardim da Paz, precisamente no jazigo da família Vargas. É nesse mesmo cemitério que se encontra a maioria dos bens que compõem o patrimônio material tombado do município, como o jazigo da família Goulart, no qual estão os restos mortais do ex-presidente João Goulart e de sua família, inclusive de seu cunhado, Leonel de Moura Brizola, importante político no cenário nacional e fundador da sigla partidária PDT – Partido Democrático Trabalhista.

A preocupação da comunidade local com o seu patrimônio e o reconhecimento como tal é recente, segundo se observa na mais nova lei municipal de patrimônio, aprovada em dezembro de 2015. A caracterização de tal patrimônio e de sua preservação pode ser encontrada no capítulo I, artigo 2.º, onde se lê:

**Art. 2.º.** O Patrimônio Cultural e Natural do Município de São Borja é constituído pela paisagem cultural e natural caracterizada por bens móveis

<sup>25</sup> Importante e reconhecido arquiteto brasileiro, que projetou a construção de Brasília, atual capital federal do Brasil. Seus movimentos arquitetônicos consagraram-no como o arquiteto mais expressivo da arquitetura moderna no Brasil.

ou imóveis, de natureza material ou imaterial, tombados individualmente ou em conjunto, portadores de referência histórico-cultural, à identidade; à ação; à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade local, existentes em seu território e cuja preservação seja de interesse público (SÃO BORJA, 2015).

No sentido de que o patrimônio pode contribuir para um processo de identificação das comunidades/sociedades, especialmente por meio de comemorações em torno desses patrimônios, como em São Borja, concordamos com O'Donnell (2011, p. 141), ao afirmar que esses “eventos mostram a face oficial do estado, ritualizando seu casamento com ‘sua’ cidadania/nação/povo, e proclamando que o estado e governo são para nós, para o bem de todos”. Essa interação interinstitucional pode ser observada na forma no artigo 5.º, § 2.º, onde se lê:

O controle e a fiscalização necessários à Preservação do Patrimônio Cultural e Paisagístico do Município serão executados por órgão da Prefeitura Municipal, supletivamente e em consonância com os órgãos Federal, Estadual e Conselho Municipal de Políticas Culturais (SÃO BORJA, 2015).

A preocupação com o processo de reconhecimento de bens locais como componentes do patrimônio local pode ser observada segundo normas estabelecidas pelo artigo 6.º da Lei de Patrimônio Municipal:

**Art. 6.** Para inscrição em qualquer dos Livros do Tombo será instaurado o processo que se inicia por iniciativa:  
I - de qualquer pessoa física ou jurídica legalmente constituída;  
II - de entidades organizadas;  
III - e da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Eventos ou seu equivalente (SÃO BORJA, 2015).

Novamente a preocupação da recente legislação municipal de reconhecimento patrimonial está em consonância com diferentes esferas interinstitucionais de poder, como se verifica no artigo 7.º: “O Conselho Municipal de Políticas Culturais - CMPC poderá propor o tombamento de bens móveis e imóveis, assim como o registro do Patrimônio Imaterial Municipal, inclusive do patrimônio já tombado pelo Estado e/ou pela União”. Seguindo o mesmo parâmetro, a lei diz em seu artigo 11: “Todo o tombamento levará em conta o entorno, que deverá estar claramente delimitado, e a paisagem cultural e natural na qual o bem está inserido” (SÃO BORJA, 2015).

Certamente o caso presente nesse município é de grande peculiaridade, em virtude de seu processo de fundação como povoado missioneiro com intento de demarcação de fronteiras. Soma-se ainda o fato de dois conterrâneos do local terem assumido o cargo de chefe do Executivo nacional, especialmente pelos eventos que ocorreram com sua estada e pós-estada à frente desse poder. Dessa forma, é natural, segundo essa especificidade e mesmo segundo a legislação nacional, que a Prefeitura, como poder público local, tenha prioridade em adquirir bens patrimoniais, processo que, conforme a legislação municipal, é especificado:

**Art. 28.** O deslocamento ou transferência de propriedade do bem móvel tombado deverá ser comunicado à Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Eventos, ou seu equivalente, pelo proprietário, possuidor, adquirente ou interessado.

**Parágrafo único.** Qualquer venda judicial de bem tombado deverá ser autorizada pelo Município, cabendo a este o direito de preferência (SÃO BORJA, 2015).

Notamos, nesse caso, uma intensa relação de patrimônio material transformado em patrimônio imaterial, ou seja, de manifestações e celebrações locais, regionais e nacionais que reforçam o sentimento tanto de povo missioneiro como ainda mais de trabalhismo, especialmente quando tal aspecto envolve a política partidária com os monumentos e locais concretos, como o Mausoléu Getúlio Vargas ou o jazigo da família Goulart. Esse comportamento, em síntese, é uma perfeita demonstração da realidade são-borjense, em que os bens que compõem o patrimônio material são vistos pela comunidade local como algo além de sua mera forma física, pois refletem diretamente no comportamento local, ou seja, de pertencimento com o trabalhismo.

O mesmo ocorre com algumas manifestações culturais em torno do período missioneiro, sendo lembradas tanto por órgãos particulares quanto, e principalmente, por entidades públicas da municipalidade. A respeito dessas manifestações culturais, é relevante considerarmos que “para elaborar o sentido histórico e cultural de uma sociedade é importante estabelecer, se possível, o sentido original que os bens culturais tiveram e diferenciar os originais das imitações” (CANCLINI, 2013, p. 201). Quanto a esse sentido de preocupação cultural e patrimonial existente na comunidade, há um fundo destinado para esse fim, declarado na legislação municipal:

**Art. 33.** Fica instituído o Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural do Município de São Borja, gerido e representado ativo e passivamente pelo CMPC, cujos recursos serão destinados à execução de serviços e obras de manutenção e reparo dos bens tombados, assim como sua aquisição na forma a ser estipulada em regulamento (SÃO BORJA, 2015).

A formação do patrimônio missioneiro é devidamente reconhecida, porém, se o analisarmos e o compararmos com o existente em torno dos ex-presidentes, é facilmente observável uma sobreposição, embora a legislação em vigor<sup>26</sup> não especifique a predominância de um sobre o outro. Nesse caso fica evidente a sobrevalorização política e turística em torno dessas duas destacadas personagens são-borjenses.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como ficou evidenciado ao longo deste trabalho, o patrimônio material pode ser tanto valorizado em si mesmo como contribuir para a formação de um estágio além, ou seja, o patrimônio imaterial, e um está fortemente correlacionado com o outro. A respeito de nossa problemática, pensamos que a comunidade, nesse caso a são-borjense, pode ser reconhecida e estudada por intermédio de seu patrimônio, pois há uma forte ligação e identificação local com o que ele representa para a comunidade. O processo de “democratização da cultura” por meio do patrimônio e de suas interpretações é algo que realmente deve ser abordado cada vez com mais efetividade na questão educacional.

Uma comunidade histórica como essa possui diversos momentos decisivos em sua formação, que ora contribuem para a formação de patrimônios (período missioneiro e sua consequente preservação) e ora concorrem para seu desfalecimento (como na Guerra do

<sup>26</sup> Em todas as páginas da recente lei que rege o patrimônio local, encontra-se em nota de rodapé “São Borja – Terra dos Presidentes”.

Paraguai, em que foram saqueados diversos bens missioneiros). Esse processo de formação e consolidação, se assim podemos dizer, da comunidade local reflete muitos de seus atuais comportamentos em torno de seu patrimônio material e imaterial.

O potencial turístico, econômico e político da questão missioneira é reconhecido em outras municipalidades do Rio Grande do Sul, como Santo Ângelo e São Miguel das Missões. Como tal, São Borja acaba por destacar mais seu segundo aspecto, o de “terra dos presidentes”, pela autêntica singularidade de o município possuir dois conterrâneos que galgaram elevados postos políticos em variados níveis interinstitucionais de poder. O patrimônio missioneiro é valorizado pela comunidade local, entretanto está mais atrelado à religiosidade do que à cultura em si.

Possivelmente, em torno do patrimônio formado ao redor dos ex-presidentes, existe uma memória mais atual, constantemente lembrada, de um “trabalhismo varguista” como um comportamento vivo entre a comunidade. Consequentemente, verifica-se uma exploração política por algumas siglas partidárias diretamente envolvidas tanto com a ideologia quanto com as personagens fundadoras, sepultadas em São Borja. Esse processo acaba por culminar em uma maior divulgação e seleção do patrimônio relativo a tais personagens do que de um passado mais remoto que, na visão de alguns, não traz a singularidade específica de São Borja.

Vemos que há uma ligação direta entre os patrimônios material e imaterial do município estudado, a qual se manifesta especialmente por meio de comemorações e manifestações em torno do patrimônio material existente. Exemplos podem ser observados quanto ao Mausoléu Getúlio Vargas, o qual se refere aos 50 anos do falecimento dessa personalidade e apresenta constante procura/divulgação política, e também com o processo de exumação dos restos mortais de João Goulart em 2013-14, por motivos de investigação das causas de sua morte. Esse evento chamou a atenção tanto da mídia nacional quanto da internacional para o município, reforçando ainda mais a noção de pertencimento e reconhecimento dos patrimônios da comunidade são-borjense.

Portanto, o patrimônio, seja ele material ou imaterial, é de suma importância para o contexto em que está inserido, o qual reflete em variados níveis de reconhecimento (como, por exemplo, o sítio arqueológico de São Miguel, reconhecido pela Unesco).

Quanto à proposta inicial de avaliar se há como um patrimônio se sobrepor a outro, a questão torna-se afirmativa no caso de São Borja. Ambos os patrimônios são reconhecidos, o missioneiro e o existente em torno dos ex-presidentes, contudo há uma notável sobrevalorização deste último. Como uma das possíveis causas, constatamos que o período de formação patrimonial, ou, nesse caso, o de atuação dessas personalidades em vida, por ser mais recente, contribui para a construção de memórias constantemente lembradas. Pode-se somar o fato de o patrimônio missioneiro não ser tão singular quanto o segundo, fazendo com o que o município acabe por evidenciar prioritariamente o segundo aspecto, contribuindo dessa forma para uma hegemonia patrimonial.

Em referência à proposta de averiguar uma possível identificação comunitária por meio do seu patrimônio, a relação presente em São Borja comprova-a empiricamente. Fato é que a legislação municipal sobre o patrimônio, recentemente atualizada, valoriza as disposições patrimoniais de São Borja e sua interação entre órgãos públicos e comunidade local. O papel dos museus e do patrimônio e a sua conseqüente valorização e preservação contribuem, por sua vez, para a democratização da cultura.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, T. N. de. Espaço das representações da morte: arte tumular como expressão da cultura. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Maringá, v. V, n. 15, jan. 2013. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/anais4/st4/5.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. Secularização do espaço cemiterial: pluralismo religioso, misticismo ou negação da morte? In: CONGRESSO INTERNACIONAL DAS FACULDADES EST. São Leopoldo. **Anais...** São Leopoldo: EST, 2012. v. 1, p. 402-412. Disponível em: <<http://anais.est.edu.br/index.php/congresso/article/view/105>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

BASTOS, L. C. Narrativa e vida cotidiana. **Revista Scripta**, Belo Horizonte, v. 7, n. 14, p. 118-127, 1.º sem. 2004.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. Tradução de Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. 2. ed. 1. reimpr. Porto Alegre: Zouk, 2013.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

CALABRE, L. **Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. (Coleção FGV de bolso. Série Sociedade & Cultura).

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Tradução de Heloísa Pezza Cintrão e Ana Regina Lessa. Tradução da introdução: Gênese Andrade. 4. ed. 6. reimp. São Paulo: Edusp, 2013. (Ensaio Latino-americanos, 1).

CARLAN, C. U. Os museus e o patrimônio histórico: uma relação complexa. **Revista História**, São Paulo, v. 27, n. 2, 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-90742008000200005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742008000200005)>. Acesso em: 28 mar. 2015.

CARVALHO, J. M. **A formação das almas: o imaginário da República do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade/Unesp, 2006.

COLVERO, R. B. **Negócios na madrugada: o comércio ilícito na fronteira do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: UPF, 2004.

\_\_\_\_\_; MAURER, R. F. As possibilidades na análise das fronteiras: a redução de São Francisco de Borja a partir do Inventário de Bruno de Zavala. In: NASCIMENTO, A. O.; OLIVEIRA, M. I. de A. (Orgs.). **Bens e riquezas das Missões**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2008.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. São Borja e seu patrimônio “quase esquecido”: o caso das Missões Jesuíticas na Terra dos Presidentes. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 4., 2009, Maringá. **Anais eletrônicos**. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2009.

\_\_\_\_\_; RHODEN, V.; SEVERO, M. Memoriais, cultura e política: simbologia das homenagens *post mortem* na comunidade são-borjense. **Mouseion**, Canoas, n. 22, p. 177-194, dez. 2015.

CUSTODIO, L. A. B. Missões: patrimônio e território. In: PESAVENTO, S. J.; GOELZER, A. L. (Orgs.). **Fronteiras do mundo ibérico: patrimônio, território e memória das Missões**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

DOMBROWSKI, O. Poder local, hegemonia e disputa: os conselhos municipais em pequenos municípios do interior. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 269-281, jun. 2008.

DORATIOTO, F. F. M. **Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FABRIS, A. T. Arquitetura eclética no Brasil: o cenário da modernização. **Anais do Museu Paulista**, Nova Série NQ1, 1993. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v1n1/a11v1n1.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2014.

FARIA, S. de C. **A colônia brasileira: economia e diversidade**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004.

FLORES, J. R. A. **A Vila de São Borja (1834-1887) numa conjuntura de transição: história socioeconômica e geopolítica**. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 1996.

FRATINI, R. Educação patrimonial em arquivos. **Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, n. 34, 2009. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao34/materia05/>>. Acesso em: 29 mar. 2015.

GRUZINSKI, S. Fronteiras das Missões e fronteiras da monarquia católica: a experiência de um franciscano, Martín Ignacio de Loyola. In: PESAVENTO, S. J.; GOELZER, A. L. (Orgs.). **Fronteiras do mundo ibérico: patrimônio, território e memória das Missões**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HEYMANN, L. De “arquivo pessoal” a “arquivo nacional”: reflexões acerca da produção de “legados”. In: SEMINÁRIO PRONEX DIREITOS E CIDADANIA, 1., Rio de Janeiro, 2-4 de agosto de 2005. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005.

HOBBSBAWM, E. J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Tradução de Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Disponível em: <[www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br)>. Acesso em: 28 mar. 2015.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEVINE, R. M. **Pai dos pobres? O Brasil e a Era Vargas**. Tradução de Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LOURENÇO, E.; GUEDES, M. do C.; CAMPOS, R. H. de F. (Orgs.). **Patrimônio cultural, museus, psicologia e educação: diálogos**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2009.

MICHELON, F. F.; TAVARES, F. S. (Orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios sobre a diversidade cultural**. Pelotas: Editora da UFPel, 2008.

NOGUEIRA FILHO, O. da C. **Introdução à ciência política**. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Unilegis, 2010. (Edições Unilegis de Ciência Política, v. 1).

O'DONNELL, G. **Democracia, agência e estado: teoria com intenção comparativa**. Tradução de Vera Joscelyne. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

PANIÁGUA, E. R. M. **Fronteiras, violência e criminalidade na região platina: o caso do município de Alegrete (1852-1864)**. Alegrete: Instituto Cultural José Gervasio Artigas, 2013.

REZENDE, S. G. de. **Vargas e Borges: o local e o regional na política gaúcha (1913-1917)**. Dissertação (Mestrado em História)–Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

RODRIGUES, J. F. C. Estatuária missioneira: da idolatria ao fogo. In: COLVERO, R. B.; MAURER, R. F. (Orgs.). **Missões em mosaico: da interpretação à prática, um conjunto de experiências**. Porto Alegre: Faith, 2011.

SÃO BORJA. **Lei n.º 5.108, de 30 de dezembro de 2015**. Dispõe sobre a preservação do patrimônio cultural e natural do município de São Borja e institui o Fundo Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural. São Borja, 2015.

SEVERO, M. “Uma ilha de letrados num mar de analfabetos”: a atuação das elites na política brasileira do período imperial ao Golpe de Estado de 1964. In: COLVERO, R.; JOVINO, D. P.; SEVERO, M. **Relações de fronteira: história, política e cultura na tríplice fronteira Brasil, Argentina e Uruguai**. São Borja: Faith, 2015.

STONE, L. Prosopografia. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, n. 39, 2011.

TEIXEIRA, I. A. **Os ossos do presidente: a vida e a morte de Getúlio Vargas**. Santo Ângelo: Ediuri, 2012.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.